

CONTRATO DE "AQUISIÇÃO DE DRONE PARA TOPOGRAFIA"

867/DCP/2024

NO VALOR DE..... € 91.020,00 C/IVA

----- PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE CASCAIS, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 505 187 531, com sede na Praça 5 de Outubro, número 9, 2754-501 Cascais, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS, com domicílio profissional na morada acima referida, nos termos do número 1 do artigo 57.º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro e com os poderes resultantes do disposto nas alíneas a) e b) do número 1 e da alínea f) do número 2 do artigo 35.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.---------- SEGUNDO: <u>LEICA GEOSYSTEMS – SISTEMAS PARA GEODESIA E</u> TOPOGRAFIA - SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA., com sede na Avenida Capitão Salgueiro Maia, Lote 10-B, Loja número 2, 1885-091 Moscavide, matriculada sob o número comum de matrícula e Pessoa Coletiva 504 083 767, com o capital social de € 100.000,00, representada neste contrato pelo seu procurador, JOSÉ ANTÓNIO MARTINS, , com domicilio profissional na morada acima referida, com poderes para este ato, qualidade e poderes que provou com a certidão permanente obtida via Internet, com o código de acesso, subscrita em 16 de setembro de 2022 e válida até 16 de setembro de 2026 e procuração celebrada em

Assinada digitalmente por CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS Data: 2024.12.18 18:37:44 GMT

Assinada digitalmente por JOSÉ ANTÓNIO MARTINS Data: 2024.12.18 08:29:39 GMT Assinada digitalmente por

Data: 2024.12.18 18:54:51 GMT



CÂMARA MUNICIPAL

1 de março de 2016, devidamente autenticada pela Solicitadora Maria José Almeida
Ricardo, com domicilio profissional, na Avenida das Forças Armadas, número 125, 2°,
1600-079 Lisboa, conforme registo do ato número 2446049
CELEBRAM, entre si, este contrato de "AQUISIÇÃO DE DRONE PARA
TOPOGRAFIA", no prazo de entrega de 30 dias, com início após a data de envio da
requisição da Câmara Municipal, que lhe foi adjudicado mediante Consulta Prévia, nos
termos da alínea c) do nº 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, por despacho do
Presidente, em 22 de novembro de 2024, que aprova também a minuta do contrato, tendo
em conta o uso da competência decorrente da alínea a) do n.º 1 do art.º 18º do Dec. Lei n.º
197/99 de 8 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14º do Dec. Lei n.º
18/2008 de 29 de janeiro, pelo preço de € 74.000,00 (setenta e quatro mil euros), acrescido
da quantia de € 17.020,00 (dezassete mil e vinte euros), do IVA à taxa de 23%, que perfaz o
total de € 91.020,00 (noventa e um mil e vinte euros), de acordo com a proposta
apresentada, em 15 de outubro de 2024, que aqui se dá como reproduzida e que fica a fazer
parte integrante deste contrato, e ainda o Convite e o Caderno de Encargos, importância essa
que será paga pela Tesouraria Municipal com as formalidades legais, a cujo cumprimento se
obriga e de acordo com as seguintes cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA:
1 - No caso do incumprimento das obrigações contratuais, qualquer uma das partes
adquire o direito a rescindir o presente contrato, sem prejuízo da indemnização a que houver
lugar pelos danos causados em virtude de tal incumprimento
2 - Não obstante o disposto no número anterior, a rescisão deve ser comunicada ao
contraente faltoso, no prazo de 10 dias úteis após a data em que o facto, ativo ou omissivo,
se tiver verificado, podendo aquele apresentar motivo justificativo em igual prazo
3 - No caso de a justificação não ser considerada procedente, deve comunicar-se tal

Assinada digitalmente por CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS Data: 2024.12.18 18:37:44 GMT

Assinada digitalmente por JOSÉ ANTÓNIO MARTINS Data: 2024.12.18 08:29:39 GMT Assinada digitalmente por

Data: 2024.12.18 18:54:51 GMT



CÂMARA MUNICIPAL

facto ao contraente faltoso, operando os efeitos da rescisão na data da primeira justificação
CLÁUSULA SEGUNDA
O primeiro poderá resolver o presente contrato a todo o momento, desde que o
interesse público assim o exija, seja apresentada fundamentação nesse sentido e seja
assegurado o cumprimento das demais regras prescritas no artigo 334.º do Código dos
Contratos Públicos
Nos termos do nº 1 do artigo 290ºA do CCP foi designado gestor do presente
contrato:
Foram advertidos os outorgantes que este contrato fica dispensado de Fiscalização
Prévia do Tribunal de Contas, nos termos do nº 1 do art.º 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de
agosto, na atual redação, começando a produzir efeitos e tendo eficácia financeira a partir
da data da sua publicitação
O encargo resultante deste contrato tem cabimento número 121735, e compromisso
número 192205 na dotação prevista no Capítulo Orgânico 02 - Capítulo económico 07 -
Grupo 01 – Artigo 10 – Alínea 02 do Orçamento da Câmara Municipal de Cascais, para o
corrente ano económico
Arquivam-se: declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., em 26 de
agosto de 2024 (válida por quatro meses), certidão emitida pelo Serviço de Finanças de
Loures-3, em 14 de novembro de 2024 (válida por três meses), Certificados de Registo
Criminal e RCBE (Registo Central do Beneficiário Efetivo)
O segundo contraente, em nome da Sociedade que representa, aceita este contrato
nos precisos termos que ficam exarados a cujo cumprimento em nome dela se obriga
E, para constar se lavrou este contrato que vai ser assinado pelos outorgantes e por
mim,

Assinada digitalmente por CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS Data: 2024.12.18 18:37:44 GMT

Assinada digitalmente por JOSÉ ANTÓNIO MARTINS Data: 2024.12.18 08:29:39 GMT